

Refª. RC/MJ/JS/MP/09/05/2017

Lisboa, 09 de Maio de 2017

Senhor Primeiro-Ministro

Excelência,

A 18/4/2017, enviámos a Vossa Excelência uma carta conjunta onde já transmitíamos a possibilidade de a evolução do processo negocial com o Ministério da Saúde poder vir a culminar numa situação conflitual de grandes dimensões.

Durante mais de 1 ano, foram-se sucedendo múltiplas reuniões sem resultados palpáveis e na maior dos casos em matérias que nem sequer tinham impacto orçamental negativo.

Em cada reunião era repetida a discussão efectuada na anterior e apesar de nalguns casos existir uma base consensual entre as partes negociais para se poderem resolver os problemas existentes, nada era concretizado.

Mais recentemente, no passado mês de Fevereiro, numa reunião que teve a presença do Ministro da Saúde, foi por este titular assumido o compromisso de datas concretas, por ele próprio propostas, para iniciar a reposição do pagamento legal do trabalho extraordinário e nenhuma delas foi cumprida.

Já antes, tinha sido publicado um diploma sobre gestão hospitalar cujo conteúdo possui matérias que obrigam legalmente à negociação sindical e isso não foi respeitado.

Numa reunião realizada a 19/4/2017, houve uma evolução que claramente perspectivava a possibilidade de se concluir um acordo genérico sobre um conjunto alargado de matérias, tendo ficado marcada a reunião seguinte para 27/4/2017, com o objectivo de podermos concluir esse acordo. A própria delegação ministerial tomou a iniciativa de sugerir a data de 5/5/2017, para proceder à sua assinatura.

Na reunião de 27/4/2017, a discussão foi iniciada com uma surpreendente e inexplicável declaração de um dos Secretários de Estado que afirmou peremptoriamente que o Ministério da Saúde não aceitava discutir prazos, nem percentagens, mas admitia somente colocar num texto o princípio de que discutiria alguns desses assuntos.

Perante tamanha afronta política e negocial que, inclusive, negava os documentos escritos enviados nas últimas semanas pelo próprio Ministério da Saúde, a delegação conjunta das duas organizações sindicais médicas solicitou que lhe fosse dada aquela resposta por escrito, dado que tinha apresentado as suas propostas negociais nessa reunião por escrito.

No dia 3/5/2017, recebemos novo documento ministerial onde as propostas escritas aí contidas eram a negação plena de todas as outras apresentadas pela mesma delegação.

No dia 4/5/2017, quando nos voltámos a reunir, informámos o Ministério da Saúde que perante tais procedimentos e mudança repentina de propostas sem qualquer justificação, não era possível retirar outra conclusão senão a de que existia um sector ministerial que estava apostado no conflito e na confrontação político-sindical e que não nos restava outra alternativa a não ser a concretização de uma greve nacional dos médicos.

Estamos, assim, numa situação que possui já contornos de uma enorme agudização conflitual e que tenderá a agravar-se rapidamente perante comportamentos ministeriais, que raramente tínhamos enfrentado em várias décadas de actividade constitucional das organizações sindicais médicas.

Porque não nos colocamos numa atitude de mero protesto e temos desempenhado um papel insubstituível de defesa do próprio SNS, vimos com a entrega desta carta conjunta, solicitar a imediata intervenção política de Vossa Excelência na criação de condições essenciais, para que se impeça a rápida radicalização de um processo negocial que deveria ter conduzido a outros resultados, se a boa-fé e a transparência negocial, não tivessem sido espezinhadas por quem estava obrigado a dar o exemplo contrário na sua salvaguarda.

Transmitimos a nossa integral disponibilidade para uma reunião urgente com Vossa Excelência, logo após estes dois dias de greve, de modo a encontrar soluções que superem os actuais obstáculos.

Para além das questões relacionadas com o Ministério da Saúde, tarda em o Ministério da Justiça solidificar a carreira de saúde pública e a aplicação da carreira médica aos médicos civis, do Ministério da Defesa.

Aguardando resposta subscrevemo-nos com os nossos melhores cumprimentos.

O Presidente da FNAM
Mário Jorge

O Secretário-Geral do SIM
Jorge Roque da Cunha